

Maedison de Souza

**A PROFECIA SE REALIZOU E O TRABALHADOR CHEGOU AO PODER: UMA
COMPARAÇÃO DAS POLÍTICAS INDÚSTRIAS DE GETULIO VARGAS E LULA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Instituto de Ciências Humanas, Departamento
de História, como pré-requisito a conclusão
do Curso de História.

Orientadora: Prof.º Dr.º Ignacio José Godinho
Delgado.

Juiz de Fora
2010

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer a toda a minha família, todos os tios e tias, primos e primas e especialmente aos meus pais Edio de Souza e Maria Helena Ferraz de Souza que sempre me apoiaram na minha escolha de estudar e estudar História.

Agradecer também ao Professor Ignacio Godinho Delgado por ter me apresentado esse tema de Política Industrial, tema que me faz pesquisar cada vez mais e pelos ensinamentos que compartilhou comigo durante esses últimos anos.

Claro, agradecer também aos meus companheiros de república, Everton, Carlos Fernando e Leandro, por todos esses anos gloriosos para todos nos de convivência.

Aos amigos de Faculdade, a Daiana pela paciência por toda vez que eu tentava convencê-la que a economia movia o Mundo, a Bárbara pelos almoços e jantares inesquecíveis no RU, ao Raphael e ao David pela a discussão sobre futebol, ao Antônio por tantas vezes formatar meu computador, a Helaine pelas caminhas até perto de casa depois da aula, a Walquíria pelas notícias de São João, a Carol pela pinga de 35 anos, a Angélica pelas danças nos corredores, ao Luiz Fernando e ao Rosa pelos trabalhos em grupo, ao Mailson, Romeu, Cleber e Bruno pelos intervalos divertidos.

A todos os amigos que tiveram presença constante tanto os de Juiz de Fora como os de São João Nepomuceno.

E agradeço a Deus por tudo.

"Se você treme de indignação perante uma injustiça cometida a qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, então, somos companheiros".

Che Guevara

"O milagre do historiador consiste no fato de que todas as pessoas estão extraordinariamente vivas. Trata-se de uma vitória sobre a morte."

Braudel

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 1	7
Conceitos e idéias sobre Política Industrial.....	7
Breve histórico sobre a Política industrial Brasileira.....	11
Capítulo 2	
A ação do Estado na criação da Política Industrial – Era Vargas	19
Ações das Política industriais em alguns setores	28
Capítulo 3	32
Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE	32
Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP)	37
PDP Quatro meta-país	38
Iniciativa, Instrumentos e Programas	38
Montagem dos programas estruturantes e para destaque estratégicos.....	41
Coordenação e gestão da Política.....	42
Considerações finais	44
Referencia Bibliográfica	46

INTRODUÇÃO

A profecia se realizou! Getulio Vargas não era vidente, mas em seu discurso em comemoração ao dia do trabalho em 1954 no estádio de São Januário, uns dos principais palcos que Vargas usava para se dirigir as massas, ele falou para os trabalhadores: “hoje estais com o Governo, amanhã estarás no Governo”. Coincidência ou não, o fato é que depois de 50 anos assume a Presidência da República um metalúrgico e retirante nordestino, Luiz Inácio Lula da Silva, um homem que veio das massas e conseguiu chegar onde nenhum outro de seu grupo social conseguiu chegar.

Proponho-me a analisar os governos desses dois personagens da historia brasileira, personagens esses que viveram em épocas diferentes e em situações diferentes e por isso mesmo não cabe a comparação de suas personalidades, bem como disse Chico Alencar e Leo Lince, mas sim analisar os processos e circunstancias que levaram ambos a tomarem as decisões no âmbito político, econômico e social. Nesse trabalho, mais especificamente serão comparadas as ações de cada Governo no que se refere às Políticas Industriais.

Ambos os personagens são caracterizados pelo carisma e pelo apelo popular, os dois são muito próximos das camadas mais baixas da população. Mas a semelhança que mais me chamou a atenção é a preocupação com a indústria nacional e a mudança de pensamento e direção que os dois presidentes implantaram no país. Seja na aceleração do processo de industrialização do país no caso de Vargas na tentativa de tornar o país industrializado e não apenas rural e dependente do café, ou no caso de Lula quando o setor industrial estava paralisado e era preciso retomar o crescimento. São dois momentos distintos da história do Brasil, mas onde a Políticas Industriais tiveram um alto grau de importância para o desenvolvimento da nação.

O assunto Política Industrial tem uma importância significativa no cenário econômico e por algum tempo a Política Industrial foi deixada de lado segundo os preceitos do neoliberalismo. Na visão liberal justificam-se intervenções por meio de política industrial como forma de sanar falha ou imperfeições de mercado. Mas ao longo desse trabalho veremos que a participação ativa do Estado no processo de desenvolvimento industrial é importantíssimo. O Estado tem que ser o grande financiador da Política Industrial.

O objetivo desse trabalho é mostrar a mudança de direção de pensamento de cada época estudada. Mostrar a tentativa de Vargas de tirar o Brasil de uma economia basicamente rural e dependente da exportação do café que estava em baixa devido à crise de 1929 para

uma alternativa, que seria o desenvolvimento da indústria no Brasil, colocando em prática um processo de substituição de importações, mas intensificado, obrigando o país a voltar-se sobre si mesmo desenvolvendo novas atividades produtivas que até então eram atendidas pelas importações.

E mostrar o esforço do governo Lula para a retomada do crescimento econômico do Brasil dando grande incentivo ao setor industrial, e como pilar central a inovação e a agregação de valor aos processos, produtos e serviços da indústria nacional. Com o objetivo claro e definido de elevar o padrão de competitividade da indústria brasileira.

Muitos assuntos referentes à Vargas e Lula não serão tratados aqui, mas que com certeza merecem ser estudados. Além de mostrar a mudança de olhar que esses dois Presidentes tiveram com relação a industrialização brasileira, esse trabalho também tem como objetivo mostrar as ações, as medidas, os órgãos e as instituições criadas por eles na tentativa de se alcançar o desenvolvimento industrial. E tentar perceber a importância de um Estado ativo e presente nas políticas econômicas do país.

CAPITULO 1

CONCEITOS E IDEIAS SOBRE POLÍTICA INDUSTRIAL

O principal objeto de estudo desse trabalho são as Políticas Industriais desenvolvidas no Brasil em dois contextos bem distintos da história brasileiras. Mas antes de me aprofundar nos períodos propostos, pretendo nesse primeiro capítulo traçar alguns conceitos e ideias de Política Industrial que encontramos na literatura especializada, e também fazer uma breve trajetória da Política Industrial no Brasil.

O primeiro conceito de Política Industrial que encontramos na literatura seria o de Política Industrial Horizontal ou Sistêmico. Nesse conceito a PI é considerada uma expressão abrangente de medidas e programas que direta ou indiretamente afetam o setor industrial. Fazem parte dessa Política Industrial os seguintes elementos: planejamento geral indicativo, formalização de diretrizes e objetivas, organização institucional específica, articulação com a política macroeconômica, instrumentos e políticas auxiliares (política de comércio exterior, financiamento, política de fomento, políticas de regulação e competição), investimento em infra-estrutura econômica e de ciência e tecnologia, sistema educacional e treinamento de mão-de-obra e formação de recursos humanos especializados¹.

Na ideia de Política Industrial descrita acima, a seleção de setores para receber uma atenção especial é descartada ou é apenas vista como um componente adicional da política industrial, cujo impacto é considerado restrito e pertinente somente em condições econômicas e institucionais muito peculiares². Esse conceito se difere completamente de autores como Chang, que defende a Política Industrial de forma seletiva e vertical vinculando metas para os diferentes setores da indústria, também chamados de industrial targeting, que norteiam a utilização dos diversos instrumentos e estímulo e de sanções³. Nas palavras de Suzigan, esse enfoque de PI é alvo de muitas críticas, sob o argumento de que essa prática seletiva favorece o surgimento de atividades ou empresas meramente rentistas. Entretanto, essa é uma compreensão equivocada, o que está em jogo não é a substituição dos mecanismos de mercado por decisões burocráticas; ao contrário, resulta de “esforços

1 SUZIGAN, W. **Experiência história de Política Industrial no Brasil**. Revista de Economia Política. Vol 16, nº 1, janeiro-março 1996

2 GADELHA, C.A.G. **Política Industrial: uma visão neo-schumpeteriana Sistêmica e Estrutural**. Revista de Economia Política, vol. 21, nº 4, outubro-dezembro 2001.

3 Idem

cooperativos dos setores públicos e privados para entender a natureza da mudança tecnológica e antecipar seus prováveis efeitos econômicos”.

Autores de cunho liberal utilizam um arcabouço de teoria formal para justificar intervenções por meio de política industrial como forma de sanar falhas ou imperfeições de mercado, sob o pressuposto de que a economia se encontra numa trajetória de equilíbrio sub-ótimo. Nessa visão, a PI seria meramente reativa e restrita, e de natureza horizontal, isto é, não seletiva em termos de setores ou atividades⁴.

Já autores da escola shumpeteriana e da economia evolucionária, descartam o pressuposto de que a economia está em equilíbrio sob-ótimo. Eles propõem que há uma co-evolução de tecnologias, de estruturas de empresas e de indústrias, e de instituições em sentido amplo, incluindo instituições de apoio à indústria, infra-estruturas, normas e regulamentações, tendo a inovação como força motora. Assim, neste enfoque a PI é ativa e abrangente, direcionada a setores ou atividades industriais indutoras de mudança tecnológica e também ao ambiente econômico e institucional como um todo, que condiciona a evolução das estruturas de empresas e indústrias e da organização institucional, inclusive a formação de um sistema nacional de inovação. Isto determina a competitividade sistêmica da indústria e impulsiona o desenvolvimento econômico.⁵

A política industrial seria essencialmente uma forma de criar externalidades positivas (tecnológicas e pecuniárias) que propiciassem aumento de produtividade (capital e trabalho) na economia como um todo. Esse aumento de produtividade, por sua vez viabiliza o aumento do salário real e o crescimento da acumulação de capital sem pressão sobre os preços e, por fim, a melhoria do bem-estar social – objetivo último de qualquer política pública e em particular da PI⁶.

Para que uma Política Industrial obtenha sucesso alguns pontos ou condições são importantes, e um deles é a difícil articulação de instrumentos, normas e regulamentações. São esses mecanismos de implementação da PI que criam o padrão econômico, regulam os incentivos e restrições à inovação e tornam possível sintonizar as ações das empresas, na sua busca por lucratividade, aos objetivos da PI, que procura promover o desenvolvimento e a competitividade. Trata-se de administrar os vários instrumentos — sistema de proteção, financiamento, promoção de exportações, incentivos fiscais, defesa da concorrência, lei de

4 SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006

5 Idem

6 SUZIGAN, W. **Experiência história de Política Industrial no Brasil**. Revista de Economia Política. Vol 16, nº 1, janeiro-março 1996

patentes e outros — de modo harmônico, sem ambigüidades⁷.

Outra condição é a organização institucional. Ela é essencial para a implementação da PI. De um lado, instituições públicas coordenadoras e executoras, e de outro, entidades representativas das empresas e de outros grupos de interesse envolvidos. Quanto às instituições públicas, é preciso que a organização seja articulada, ágil e norteadada em uníssono pelos objetivos da PI. As entidades representativas das empresas e de outros interesses, por seu lado, devem ter sua legitimidade reconhecida como interlocutores na formulação e implementação da política⁸.

A outra condição muito importante é a da coordenação. A coordenação, na verdade, está na essência da PI. Na visão liberal de Política Industrial, medidas de PI seria uma forma de coordenação *ex-post*, em reação a falhas ou imperfeições de mercado. Para Wilson Suzigan e João Furtado esse modelo normativo não dá conta dos fenômenos que caracterizam o mundo dinâmico da mudança tecnológica. Portanto, a PI é vista, no enfoque neoschumpeteriano/evolucionista, essencialmente como forma de coordenação *ex-ante*. Há duas observações importantes sobre essa forma de coordenação por meio da PI: primeiro, é uma colaboração estratégica entre governo, empresas e entidades do setor privado tendo em vista as metas da PI, e não uma coordenação centralizada no Estado. Segundo, implicam criar instituições específicas, com formato de órgãos colegiados, como instâncias consultivas, deliberativas e decisórias⁹.

A última condição que eu gostaria de destacar seria o formação de uma política de colaboração ou de diálogos abertos entre o Estado e a força produtiva – empresariado e trabalhadores. Essa política de colaboração é uma via de mão dupla, e ela necessita de contrapartidas. Por parte da força produtiva é preciso a preservação de um ritmo de investimentos adequados para que as metas propostas nos Fóruns de Competitividade sejam alcançadas. E por parte do Estado é preciso que ele utilize de instrumentos capazes de favorecer e dar segurança aos investimentos privados¹⁰.

7 SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006

8 Idem

9 Idem

10 Delgado, I.J.G. **O Empresariado e Política Industrial no Governo Lula**, XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu.

Na medida em que o ambiente macroeconômico permaneça marcado por incertezas ou instabilidades muito acentuadas, é provável que a PI perca muito de suas potencialidades e do seu vigor¹¹.

A Política Industrial ocupa um lugar dentre das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Nesse sentido o autor Carlos Augusto Grabois Gadelha cita em seu trabalho, “Política Industrial: uma visão neo-schumpeteriana sistêmica e estrutural”, uma distinção feita por Erber (1992), onde ele separa “padrão de desenvolvimento” e “padrão de industrialização”. No nível mais elevado e genérico, associado ao “padrão de desenvolvimento”, coloca-se o que se pode definir como a política nacional de desenvolvimento, que envolve todo o conjunto de macropolíticas definidas e implementadas pelos Estados Nacionais, refletindo a existência (ou a inexistência) de uma coalizão de forças sociais e condições políticas, institucionais e administrativas (definindo as condições de governabilidade e de “governança”) que permitem implementar projetos nacionais de desenvolvimento. No nível mais específico do “padrão de industrialização”, emerge a política industrial, que pode ser definida como o foco da intervenção pública na dinâmica de inovações da indústria, visando promover transformações qualitativas na estrutura produtiva e o desenvolvimento das economias nacionais.

Ou seja, propõe-se situar a política industrial, no contexto complexo da política de desenvolvimento, como a política vinculada especificamente à dinâmica de um determinado conjunto de atividades (as atividades industriais) que se caracterizam como as principais responsáveis pela geração e disseminação de inovações no sistema econômico, estando relacionada, portanto, à mudança estrutural. Nesta direção, a política industrial está na raiz do papel do Estado na dinâmica econômica de longo prazo, diferenciando-se, deste modo, de outras dimensões da intervenção pública que, em conjunto, são associadas aos padrões nacionais de desenvolvimento¹².

11 SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006

12 GADELHA, C.A.G. **Política Industrial: uma visão neo-schumpeteriana Sistêmica e Estrutural**. Revista de Economia Política, vol. 21, nº 4, outubro-dezembro 2001.

BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

A economia brasileira até a década de 30 era extremamente dependente da exportação de produtos agrícolas, nessa ocasião o café. Somente a partir de 1930 sob Governo de Getúlio Vargas, houve uma mudança de olhar com relação a essa dependência, e começou-se a construir um projeto nacional de desenvolvimento industrial. Para Wilson Suzigan, as políticas dos anos 30 e 40 tiveram poucos efeitos práticos. Os órgãos de planejamento criados nesse período tinham as características de centros de estudos e fóruns de debates do que planejamento efetivo. A partir dos anos 50, mas especificamente no segundo governo Vargas, começou a ser formada uma base institucional de planejamento. Com base em diagnósticos de problemas estruturais, onde a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) elaborou um Programa Geral de Industrialização (PGI), que não chegou a ser formalizado¹³.

A partir dessa base inicial – institucional e de diagnóstico – foi elaborado o Plano de Metas do Governo Kubitschek, a primeira experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial na opinião de Suzigan, com elemento central de uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico. O Plano coordenava um programa de investimentos públicos e privados organizados em torno de um conjunto de metas específicas sob responsabilidade de grupos executivos, que seriam coordenados por um Conselho de Desenvolvimento.

Nos anos 60, com a crise econômica do início da década e subsequente crise política que acabou com a imposição do regime militar e a implementação de reformas institucionais, o planejamento do desenvolvimento industrial foi abandonado. Os planos econômicos nacionais assumiram a característica predominante de planos de estabilização, e a coordenação econômica passou a ser exercida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)¹⁴. Nos anos 1968/1973, conhecidos como os do “milagre econômico brasileiro”, volta a haver preocupação com o planejamento de desenvolvimento econômico em geral, inclusive através de planos formais, a partir daí institucionalizados o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Mas a hegemonia do Conselho Monetário Nacional no comando e coordenação econômica deu mais força à estratégia macroeconômica do que a qualquer projeto de

13 SUZIGAN, W. **Experiência história de Política Industrial no Brasil**. Revista de Economia Política. Vol 16, nº 1, janeiro-março 1996

14 Idem.

desenvolvimento industrial/tecnológico¹⁵.

Com a implementação do II PND, entretanto, ocorreu uma segunda experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial no âmbito de um plano indicativo. Sob o comando e a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, presidido pelo próprio presidente da República, articulou-se um novo conjunto de investimentos públicos e privados na indústria e na infra-estrutura econômica, social e de ciência e tecnologia¹⁶.

Foi nesse período que a industrialização entrou de fato na agenda política e política econômica. Surgiram ou fortaleceram-se novos atores políticos: associações industriais, sindicatos patronais e de trabalhadores, órgãos regionais e setoriais; e a política econômica refletia o novo quadro político. Prevalciam o desenvolvimentismo nacionalista e o intervencionismo estatal, que amalgamavam as forças políticas e os interesses econômicos do projeto industrializante. As metas eram estabelecidas, sobretudo por motivos relacionados a problemas de balanço de pagamentos: substituição de importações e, nos anos 1970, expansão de exportações de manufaturados. Nesse sentido, a PI ocupava-se especificamente de construir setores, procurando fazer com que a estrutura industrial convergisse para o padrão estrutural das economias industrializadas — baseado na metalmecânica e na química¹⁷.

Mas isto não se traduziu em mudanças sociais. Pelo contrário, os problemas sociais se agravaram. A concentração populacional aumentou nas áreas urbanas — fenômeno intrínseco ao processo de industrialização — mas não houve um movimento simultâneo no sistema educacional e de treinamento e qualificação de mão de obra. Com isso, deteriorou-se o salário real e piorou a distribuição da renda — essa situação foi muito boa para o crescimento imediato, mas foi péssimo para o futuro do país¹⁸.

Nesse período o Brasil e a América Latina passaram por um processo de industrialização conhecido como desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo não era uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento. Usava as teorias econômicas disponíveis para formular, para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista, a estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos

15 Idem.

16 Idem

17 SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006

18 Idem

países centrais. Teorias baseadas no mercado, porque não há teoria econômica que não parta dos mercados, mas teorias de economia política que atribuíam ao Estado e a suas instituições um papel central na coordenação da economia¹⁹.

O desenvolvimentismo era a estratégia nacional contrária a do que os economistas neoclássicos defendiam. Os neoclássicos defendiam e praticavam a chamada “ortodoxia convencional” – ou seja, o conjunto de diagnósticos, políticas econômicas e reformas institucionais que os países ricos recomendam aos países em desenvolvimento. Eram então chamados de monetaristas, devido à ênfase que davam ao controle da oferta de moeda para controlar a inflação²⁰.

Para o autor Bresser-Pereira, o extraordinário desenvolvimento entre os anos 1930 e 1970 só foi possível na medida em que a nação brasileira foi capaz de usar seu Estado como instrumento de definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, na qual a intervenção do próprio Estado foi significativa. Não se tratava de substituir o mercado pelo Estado, mas de fortalecer o mercado para que este pudesse criar as condições necessárias para que as empresas, competindo no mercado, investissem e seus empresários inovassem.

Para Wilson Zusigan e João Furtando um momento em que houve uma mudança na forma de ser fazer uma Política Industrial foi na virada dos anos 70 para os 80. Cabia reduzir o foco na construção de setores, reconhecendo o fim da substituição de importações como processo de industrialização, e passar a estabelecer metas mais qualitativas, voltadas para inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade. Mas o processo de mudança foi atropelado por alterações no comando da economia em fins de 1979 e pela crise macroeconômica que se instalou a partir de 1980-81.

No campo político e da política econômica, o desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal perderam espaço, o comando e a liderança, e deixou de haver, no governo federal, uma atitude pró PI. Ao contrário, predominaram os objetivos de estabilização macroeconômica. Desde então a política de estabilização, e depois a política monetária e a política cambial do Real, submeteram a indústria e o setor produtivo como um todo, inviabilizando a PI. Várias tentativas de formular e implementar uma PI foram

19 Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v 20, n. 3. pp. 5-24. Jul./set. 2006.

20 Idem

frustradas ou apenas parcialmente implementadas²¹.

Os anos 1990 foram anos de grandes transformações, para o bem e para o mal no que se refere a PI. Embora o desenvolvimento industrial tenha voltado momentaneamente a ocupar espaço político na política econômica para Suzigan e Furtado, a tentativa de implementar uma política industrial no contexto do Plano Collor fracassou, e a única componente da PICE efetivamente implementada foi a liberalização do comércio exterior.

Na década de 90 o Brasil assistiu uma maior abertura ao investimento direto estrangeiro e a saída de cena do Estado como agente do desenvolvimento industrial. Foi abandonado o sistema de fomento à indústria e iniciado um amplo processo de privatizações de indústrias e de infra-estrutura. Isto mudou radicalmente o ambiente econômico, submetendo a indústria, enfraquecida por muitos anos de estagnação, à concorrência predatória de importações e investimentos estrangeiros, resultando em fortes processos de desnacionalização, conflitos entre Estado e entidades representativas das empresas, fortes pressões setoriais por proteção, crise do federalismo devido às políticas estaduais de atração de investimentos que ocupavam o espaço vazio da PI, baixo dinamismo da indústria que lutava para se ajustar ao novo quadro, desemprego crescente e enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas²².

Um dos pontos que marcou o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foi a proposta de encerramento do ciclo aberto em 1930. Isso significou o esvaziamento dos canais de intermediação corporativos que vigorava no Brasil desde Vargas, hora mais acentuado hora menos. Com isso ele realça o peso de outras arenas, como o Parlamento e as agências reguladoras, que se instituem por força do processo de privatização de diversas empresas ligadas à oferta de serviços públicos, com impactos na estrutura de representação de interesses do empresariado²³.

No segundo governo de FHC, entretanto, diluiu-se a rigidez da perspectiva de retirada do Estado para promoção do desenvolvimento. No Governo FHC havia a expectativa de que a estabilidade econômica provocasse um fluxo de capitais externos orientados para os investimentos mas isso não se efetivou, nem mesmo a perspectiva de que as empresas brasileiras operassem num ambiente mais competitivo suficiente para induzi-la a

²¹ SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006.

²² Idem.

²³ Delgado, I.J.G. **O Empresariado e Política Industrial no Governo Lula**, XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu.

inovação tecnológica. Também no segundo Governo FHC houve um esboço de constituição de novos arranjos corporativos com a criação dos Fóruns de Competitividade, reunindo o Estado, empresário e trabalhadores das cadeias produtivas para definição de proposição que acentuassem a competitividade das empresas. Além disso também foram criados os fundos setoriais, orientados para o apoio às atividades inovadoras nas empresas²⁴.

O pesquisador Bresser-Pereira chama de “ortodoxia convencional” essa ideologia ou esse modo de se fazer Política Industrial que se instalou no Brasil e na América Latina. Em termos de discurso, temos o discurso dominante, imperial e globalista, que tem origem em Washington e é adotado na América Latina pela direita neoliberal, formada principalmente pela classe rentista e o setor financeiro. A ortodoxia convencional é uma ideologia exportada para os países em desenvolvimento; uma anti-estratégia nacional, que, embora se propondo a generosamente promover a prosperidade dos países de desenvolvimento médio, na verdade atende aos interesses dos países ricos em neutralizar a capacidade competitiva daqueles²⁵.

Esse discurso, na forma que foi aplicado ao Brasil desde os anos 1990, diz quatro elementos: primeiro que o maior problema do país é a falta de reformas microeconômicas que permitam o livre funcionamento do mercado; segundo, que, mesmo depois do fim da alta inflação inercial, em 1994, o controle da inflação continua a ser o principal objetivo da política econômica; terceiro, que, para realizar esse controle, os juros serão inevitavelmente altos devido ao risco-país e aos problemas fiscais; quarto, que ‘o desenvolvimento é uma grande competição entre os países para obter poupança externa’, não sendo motivo de preocupação os déficits em conta corrente implícitos e a valorização do câmbio provocada pelos influxos de capital²⁶.

Bresser-Pereira identifica um segundo discurso oposto a da “ortodoxia convencional”, esse seria o da “esquerda burocrática populista”. De acordo com essa perspectiva, os males do Brasil vinham da globalização e do capital financeiro, que impunham ao país um alto endividamento externo e público. A solução seria renegociar a dívida externa e a dívida pública do país, exigindo-se um grande desconto. O segundo mal estava na insuficiência de demanda, que poderia ser resolvida com o aumento do gasto público. O mal maior – a desigual distribuição de renda – seria resolvido pela ampliação do sistema assistencialista do Estado brasileiro.

²⁴ Idem.

²⁵ Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v 20, n. 3. pp. 5-24. Jul./set. 2006.

²⁶ Idem.

Um terceiro discurso existe, para Bresser-Pereira, esse discurso seria o “novo desenvolvimentismo”. Para o autor o “novo desenvolvimentismo” não se trata apenas de uma nova ideologia apesar de que toda estratégia nacional tem implícita uma ideologia – um conjunto de idéias e de valores orientados para a ação política. Mas ao contrario da “ortodoxia convencional”, que é uma simples proposta externa, o novo desenvolvimentismo só fará sentido se partir de um consenso interno e, dessa forma, se constituir em uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento.

Um consenso pleno para Bresser-Pereira é impossível, mas um consenso que una empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais – um acordo nacional, portanto – está, hoje, em processo de formação, aproveitando o fracasso da ortodoxia convencional. Esse consenso em formação vê a globalização não como uma benesse nem como uma maldição, mas como um sistema de intensa competição entre Estados nacionais, por meio de suas empresas. Entende que, nessa competição, é fundamental fortalecer o Estado fiscalmente, administrativamente e politicamente, e, ao mesmo tempo, dar condições às empresas nacionais para serem competitivas internacionalmente²⁷.

A principal mudança entre o desenvolvimentismo para o novo desenvolvimentismo está em dois níveis, um internacional e outro nacional. No nível internacional a principal mudança foi na forma do capitalismo, nos seu anos dourados ou dos anos gloriosos (1945-75), o capitalismo estava montando o Estado do bem-estar e, no plano macroeconômico, o keynesianismo era dominante, enquanto a “teoria econômica do desenvolvimento” predominava no plano do desenvolvimento econômico. A mudança ocorreu para o capitalismo da globalização, neoliberal, no qual as taxas de crescimento são menores, e a competição entre os Estados- Nação muito mais acirrada. A principal diferença no que tange o nível nacional diz respeito ao fato de que a indústria, naquela época, era infante; hoje, já é uma indústria madura. O modelo de substituição de importações foi efetivo, entre os anos 1930 e 1960, para estabelecer as bases industriais dos países da América Latina²⁸.

Existem diferenças muito grandes entre a “ortodoxia convencional” e o “novo desenvolvimentismo”. O tripé do desenvolvimento da ortodoxia convencional pode ser enunciado da seguinte maneira: “Um país irá se desenvolver impelido pelas forças do mercado, desde que: (1) mantenha a inflação e as contas públicas sob controle; (2) faça

²⁷ Idem.

²⁸ Idem

reformas microeconômicas orientadas para o mercado; e (3) obtenha poupança externa para financiar seu desenvolvimento, dada a falta de poupança interna”. Alternativamente, o tripé novo desenvolvimentista afirma que: Um país se desenvolverá aproveitando as forças do mercado, desde que: (1) mantenha a estabilidade macroeconômica; (2) conte com instituições gerais que fortaleçam o Estado e o mercado e com um conjunto de políticas econômicas que constituam uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (3) seja capaz de promover a poupança interna, o investimento e a inovação empresarial²⁹.

Para a ortodoxia convencional, a necessidade de poupança externa é um ponto central. Segundo essa ideologia, os países em desenvolvimento só lograrão crescer se contarem com o capital dos países ricos. Esse é um ponto central e indiscutível para a ortodoxia convencional: é um pressuposto. Afirma essa ortodoxia: ‘é natural que os países ricos em capital transfiram seus capitais para os países pobres em capital’. Essa visão foi sempre dominante entre os economistas e formuladores de políticas econômicas nos países ricos. O novo desenvolvimentismo rejeita a idéia de que os países de desenvolvimento médio necessitem de poupança externa para crescer. Vai além: entende que a estratégia de crescimento com poupança externa é o substituto ideológico da lei das vantagens comparativas no processo de neutralização do desenvolvimento dos países de desenvolvimento médio. O que a história ensina é que os países se desenvolvem quase que exclusivamente com recursos internos³⁰.

A política macroeconômica está baseada também em dois tripés conflitantes. O tripé convencional diz o seguinte: “A estabilidade macroeconômica entendida essencialmente como controle da inflação estará assegurada desde que (1) o governo controle suas despesas alcançando o necessário superávit primário; (2) o Banco Central tenha como único mandato controlar a inflação e como único instrumento a taxa de juros, cujo nível não importa; e (3) a taxa de câmbio flutue em um quadro de abertura da conta capital”. Já o tripé macroeconômico novo desenvolvimentista afirma que a estabilidade macroeconômica, entendida como taxa de inflação sob controle e razoável pleno emprego, será alcançada desde que: (1) o governo controle suas despesas e o déficit público, e logre uma poupança pública positiva para financiar seus investimentos; (2) o Banco Central tenha um duplo mandato: o controle da inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos, e dois instrumentos, a taxa de juros e o câmbio; e (3) a taxa de câmbio seja administrada para ser

²⁹ Idem.

³⁰ Idem..

mantida competitiva, usando-se para isto dos controles de capital quando for necessário, e a taxa de juros seja mantida a mais baixa possível compatível com a estabilidade de preços³¹.

Com a aproximação das eleições presidenciais no ano de 2002, o debate sobre Política Industrial volta a aparecer entre os meios empresariais. Como constatou Ignacio Godinho Delgado, para a CNI o foco deveria ser o aumento da competitividade junto com uma reforma tributaria, o financiamento de longo prazo e a preservação do meio ambiente. Além de ter como prioridade:

...o fortalecimento do comercio exterior, para “melhorar o desempenho das contas externas”, através do reforço estratégico das exportações e da substituição competitiva de importações, por via da desoneração tributaria e simplificação burocrática das exportações, do acesso aos financiamentos, da racionalização da estrutura tarifaria, da abertura de mercados e do desenvolvimento do Mercosul.³²

Já no “Roteiro para a Construção do Desenvolvimento”, publicado pelo IEDI o pesquisador Ignacio Godinho Delgado mostra que para esse grupo o Brasil precisava de “um projeto de desenvolvimento econômico e social” no qual o “Estado não substitui a iniciativa privada, mas deve ser o agente fundamental cabendo a ele uma parte ativa que jamais será preenchida por forças do mercado”. Nesse documento o IEDI defendia a parceria público-privada para “criar condições e incentivar o aumento da produtividade, maior agregação de valor e a inovação tecnológica em todos os setores industriais e regiões do país. Foi nesse contexto que o Presidente Lula lançou a Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior (PITCE) e mais adiante lançou o Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Documentos que veremos no capítulo três desse trabalho.

³¹ Idem

³² Delgado, I.J.G. **O Empresariado e Política Industrial no Governo Lula**, XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu.

Capítulo 2

A AÇÃO DO ESTADO NA CRIAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL – ERA VARGAS

Falar sobre a Era Vargas é algo muito complexo, existem inúmeras questões a serem tratadas e vários temas a serem discutidos. A proposta desse capítulo é de mostrar a participação do Estado na construção da Política Industrial do Brasil no período do Governo de Getúlio Vargas. Muitas características da economia da época não serão tratadas aqui, nem reflexões sobre o período ditatorial de Vargas e as questões ambíguas que cercavam o governo. O foco será nas medidas, instituições e órgãos criados por Vargas para deslançar o processo industrializante nacional.

O mundo capitalista foi atingindo por uma grande crise econômica em 1929, crise que deixou muitos países em grandes dificuldades e o Brasil como um país que tinha sua economia altamente dependente da exportação de matérias primas e produtos agrícolas também sofreu um duro golpe com a crise. Foi nesse contexto que Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, a partir daí o país começa a passar por um processo de industrialização que vai se consolidar na década de 60/70. No nosso ponto de vista, a crise de 29 serviu para mostrar que se o Brasil quisesse se tornar uma economia desenvolvida e se equiparar com as grandes potências mundiais do período era necessário diversificar a economia e deixar de ser um país somente agrário e exportador de matéria prima.

Em um primeiro momento, a ação do governo se direcionou na tentativa de contornar os efeitos da crise, apenas em 1934 que o setor industrial começou a dar sinais de crescimento, o que fez o governo a criar medidas para o desenvolvimento do setor.

Nesse contexto, entre 1930 e 1937, começou a amadurecer no âmbito do governo um projeto de desenvolvimento nacional centrado na industrialização, mas que, até o final do Estado Novo, tinha apenas esboçado em suas linhas mestras. O primeiro esboço deste projeto, que seria modificado ao longo do período, ao sabor da luta de classes e da situação internacional e que só tornaria corpo no segundo governo Vargas, pode ser identificado no conjunto de medidas e políticas anunciadas entre 1937 e 1939³³.

Em fevereiro de 1939, Getúlio Vargas traçou as linhas gerais do programa econômico

³³ CORSI, F.L. **Política econômica e nacionalismo no estado novo**. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Hucitec, 1997

do Estado Novo na chamada “Carta de São Lourenço”. Este discurso estabelecia os pontos básicos da política econômica do regime recém-implantado, a saber: criação da indústria de base, em particular da grande siderurgia; nacionalização das jazidas, das quedas d’água e de outras fontes de energia; nacionalização dos bancos estrangeiros e das companhias de seguros; elaboração de um plano geral para o setor de transporte, visando a integração e expansão do mesmo; implantação do salário mínimo; aumento da produção do carvão nacional; diversificação das exportações e elaboração de um plano de desenvolvimento da região do rio São Francisco³⁴.

Para o autor Francisco Luiz Corsi não foi o avanço da industrialização que fez o governo adotar políticas industrializantes. Esta concepção tem seu ponto de verdade, mas de foram alguma esgota a questão do por que o Estado ter levado a cabo uma política desta natureza. Para o autor a resposta para essa indagação parece estar muito mais relacionada ao caráter do Estado e às forças que lhe davam sustentação. O Estado Novo só pôde levar a frente um programa de desenvolvimento industrializante por que contava com o firme apoio de importantes setores das classes dominantes.

Para a que as políticas econômicas planejadas pelo governo fossem implantadas alguns órgãos foram criados, agora veremos alguns deles e suas funções. Nesse processo, é importante ressaltar o papel fundamental do banco do Brasil, seja como núcleo central do sistema creditício comercial, seja como “caixa” do Tesouro e mecanismo operativos direto das transações dispêndios e receitas de todo o aparelho governamental. Mas com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc – em 1945 ela absorveu parte das funções da Carteira de Câmbio e Redescoto do Banco do Brasil e da sua Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. Entre outras funções, cabia a SUMOC, requerer emissões de papel-moeda para o Tesouro; controlar e receber com exclusividade depósito dos bancos; fixar as taxas de redescoto e juros de empréstimos aos bancos comerciais; autorizar a compra e venda de ouro e cambiais; orientar a política cambial, entre outros. A criação da Sumoc permitiu assim, um avanço mais ordenado da regulação monetário-creditícia, pois suas funções foram diferenciadas e destacadas de dentro do Banco do Brasil e estruturadas numa instância mais elevadas de poder, sob o controle do ministro da Fazenda. Entretanto toda a materialidade operativa da Sumoc (depósito compulsórios dos bancos comerciais, redescotos, política de juros e intervenção cambial) continuava a efetuar-se no e através do

³⁴ CORSI, F.L. Política econômica e nacionalismo no estado novo. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org) História Econômica do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Hucitec, 1997

Banco do Brasil, que não perdeu, assim, seu caráter cêntrico e polivalente³⁵.

Em 1941 foi criada a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil – a Cexim. Com isso o controle sobre o comércio exterior, sob influência da Segunda Guerra Mundial, haveria de efetuar-se de forma mais centralizada. A Cexim objetivava amparar e estimular as exportações e também assegurar condições mais favoráveis para o controle das importações. Seu poder regulatório específico era, porém, relativamente limitado, uma vez que quase se restringia a conceder incentivos, mediante adiantamentos e créditos aos produtores interessados na exportação. Apesar de administrar o controle dos dispêndios em divisas com certa autonomia, a Cexim deveria obedecer a um orçamento cambial fixado pela Sumoc, visando compatibilizar o saldo ativo das operações cambiais com os outros objetivos de política monetário-creditícia³⁶.

Com a instituição em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, seguida do Banco de Crédito da Borracha, em 1942, e das Comissões de Financiamento da Produção (1943) e de Investimentos (1944), alargou mais ainda o espaço ocupado pelo crédito estatal, avançando na consolidação de uma política pública de alcance nacional – que atingiria seu patamar mais elevado com o decreto de nacionalização dos bancos de depósito em abril de 1941. Quanto à área industrial, foram criadas comissões pra responder a problemas corretes e oferecer diretrizes de política para o avanço setorial. No Estado Novo, quando as intenções industrializantes atingiam maior nível de articulação, foram criadas as seguintes comissões: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944)³⁷.

Outro órgão importante para o desenvolvimento econômico era o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), criado em 1934. Ele visava a coordenação das medidas de fomento da economia - sobretudo a ampliação das exportações. Reformulado em 1937, teve suas incumbências ampliadas e passou a ser o órgão consultivo geral da Presidência da Republica para todas as questões econômicas, ganhando, durante a guerra, algumas funções executivas³⁸.

Outro órgão do Governo de bastante destaque era o DASP. A sua responsabilidade era

³⁵ DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960. Rio, Paz e Terra, 1985.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

a de definir, racionalizar e controlar a carreira do funcionalismo público e a organização da estrutura administrativa. Com êxito relativo, é verdade, definiu normas e regras de admissão e recrutamento pelo sistema de mérito e por concurso público, competitivos e obrigatórios; estruturou a carreira do funcionalismo e procedeu, também, a certa racionalização operativa, padronizado material e centralizando as compras da administração federal.

Os “incentivos” concedidos aos setores industriais foram inegavelmente decisivos para que a indústria confirmasse seu papel dinâmico e de líder, conformando um processo não só de crescimento industrial, mas de efetiva mudança da estrutura produtiva, com setor leve de bens de produção assumindo o comando da acumulação capitalista no Brasil. Algumas medidas econômicas adotadas pelo Estado fez toda a diferença para a criação desse novo padrão de acumulação, entre elas esta: as políticas de proteção tarifária, rebaixando tarifas sobre bens e equipamento industriais e protegendo os “similares” nacionais da competição externa; a distribuição das divisas monopolizada pelo Estado segundo critérios de essencialidade que consideravam tanto as necessidades estatais quanto as relativas à importação de equipamentos e combustíveis; as novas políticas de créditos; a abolição de impostos interestaduais; enfim. Não se tratava de uma forma aleatória e imprevisível de decisão, os setores empresariais também fizeram valer seus interesses e objetivos nesse processo, como já se comprovou o bastante³⁹.

Para a autora Sônia Draibes tem sido bem menos enfática a literatura sobre a definição dos termos de um projeto de industrialização pesada, no período que se abre em 1930. A tese mais corrente na historiografia e nos estudos econômicos e políticos segundo a autora, é que a instalação das indústrias de base no Brasil foi um objetivo definido durante o Estado Novo e a de que nisso foi decisiva a participação do Exército como instituição, por razões vinculadas a uma particular concepção de defesa nacional. Mas a autora também diz que trabalhos recentes vêm afirmando, baseados em documentação empírica mais consistente, que várias foram as iniciativas da nova elite dirigente, desde o início dos anos trinta, visando a alternar as bases de inserção do país na divisão internacional do trabalho.

Ao atirar-se, desde os anos 30, no avanço da industrialização, o governo enfrentou algumas das questões que um processo dessa natureza coloca: o reforço do aparelho estatal, as alternativas de financiamento e a questão do planejamento. Foi do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) as primeiras iniciativas no sentido de concretizar

³⁹ Idem.

a ação industrializante do Estado, sob a forma de planos globais dos investimentos estatais. Para fazer frente as atividades econômicas do Estados, de modo coerente e flexível, e ordenar as prioridades do gastos públicos, o DASP elaborou, em 1939, o plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. Ao preparar o orçamento daquele ano, propôs uma nova fórmula – a distinção entre o orçamento ordinário, para os gastos de custeio, e o orçamento especial para o investimento público⁴⁰.

Entre 1941 e 1944, o CFCE elaborou resoluções, estudos e planos setoriais de produção que extrapolavam as atividades do setor externo. Entre os mais importantes estavam os referentes à reforma da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, um levantamento da extensão e posse das jazidas de cobre e criação da indústria de vidro plano, e o Plano Nacional de Suprimento Público e Eletricidade. Esses projetos, estudos e levantamentos, sem dúvidas importantes, não conformaram, em nenhum momento, um plano integrado de desenvolvimento econômico. O CFCE não tinha estruturação interna adequada para isso, nem detinha o controle de instrumentos de política econômica que lhe permitisse definir metas, incentivos, prioridades. O CFCE, no período, foi o órgão mais influente na formulação da política econômica, mas sua natureza não lhe permitia avançar além da elaboração de estudos e planos parciais⁴¹.

Em princípios de 1944, iniciou seus trabalhos o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), criado no final de 1943 por proposta do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em uma clara tentativa de instituir formalmente um sistema central de planejamento que propiciasse o reforço do aparelho econômico e da base institucional para a planificação e intervenção econômica do Estado. O CNPIC era composto por representantes dos vários ministérios, das associações da indústria e do comércio, de setores da burocracia econômica, de técnicos e especialistas em diferentes atividades, e foi concebido com a finalidade de estabelecer os princípios norteadores do desenvolvimento industrial e comercial do Brasil no pós-guerra. Vejamos o discurso do Ministro do Trabalho Marcondes Filho sobre os objetivos do órgão:

Essa nova realidade está na indústria, compreendida em quantidade e qualidade, como só o mundo moderno a pode compreender. (...) O conselho foi instituído para procurar a adaptação das condições presentes do país e um melhor rendimento das nossas forças econômicas e sociais. (...) Desdobram-se no decreto que o criou os objetivos que o legitimam: estudo, planejamento e indicação das

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

providências necessárias à defesa das atividades existentes, bem como a formação de novas, especialmente para a produção de matéria-prima essenciais; as medidas concernentes à fundação de indústria de base (...) facilidades de transportes (...), solução dos problemas de migração, de colonização e de reemprego; as providências que promovam o intercâmbio cada vez mais intenso entre as várias zonas econômicas do país e incentivem as atividades industriais e comerciais⁴².

Para Thomas Skidmore a era de Dutra havia presenciado o começo de um vigoroso debate sobre a estratégia de desenvolvimento. O autor analisa o surgimento de três fórmulas principais: a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical. Nenhuma dessas posições para Skidmore representava uma estratégia detalhada. Ao invés, cada uma delas era uma combinação de diagnósticos e de recomendações de medidas gerais.

A fórmula neoliberal baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como a determinante principal da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado e as limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens, deveriam ser reduzidas ao mínimo⁴³.

A segunda fórmula trazida por Skidmore era a desenvolvimentista-nacionalista. Estava apenas em fase preliminar de formulação em 1950, e deveria receber uma definição mais precisa tanto em nível teórico quanto empírico, através das pesquisas e publicações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), iniciada em 1949. Os defensores desta fórmula partiram da suposição de que o Brasil se defrontava com uma necessidade muito grande de se industrializar, mas argumentavam que as forças espontâneas que haviam conseguido a industrialização no Atlântico Norte seriam inadequadas no Brasil.

Passar da fase de transição de uma economia agrária para uma economia industrial moderna requeria uma nova estratégia de desenvolvimento. A nova estratégia deveria visar a uma economia mista, na qual o setor privado recebia novos incentivos, na proporção de um determinado número de prioridades de investimentos. Ao mesmo tempo, o Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista, no sentido de romper pontos de estrangulamento e assegurar o investimento em áreas nas quais

⁴² Discurso encontrado em: DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio, Paz e Terra, 1985.

⁴³ SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

faltasse ao setor privado, quer a vontade, quer is recursos para se aventurar⁴⁴.

A terceira fórmula era a do nacionalismo radical. Para Skidmore essa fórmula merece menos atenção que as outras duas porque foi apresentada mais dentro de um espírito de polêmica política do que como estratégia cuidadosamente pensada para o desenvolvimento. Na realidade, a posição do nacionalismo radical baseava-se na suposição de que a estrutura social e econômica vigente era “de exploração” e exigia mudanças radicais. Seus adeptos atribuíam o subdesenvolvimento do Brasil a uma aliança natural de investidores particulares e governos capitalistas. Essa aliança procurava manter o Brasil em um papel de subordinado e como um exportador de produtos primários e importador de bens manufaturados. Para eles qualquer programa de industrialização estava destinado ao fracasso, se baseado na cooperação dos países desenvolvidos.

Skidmore faz uma ressalva sobre essas fórmulas econômicas. Para ele seria um erro encarar essas três fórmulas como posições facilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos de brasileiros a respeito dos aspectos vitais do desenvolvimento econômico. Eram antes posições analíticas assumidas por um pequeno número de escritores e de jornalistas. Para Vargas um dos caminhos para as relações econômicas internacionais do Brasil era uma aliança com os EUA, dos quais pretendia obter empréstimos públicos e colaboração técnica para a industrialização brasileira. Porém ele sabia também que iria depender do fornecimento externo de petróleo para incrementar a produção interna de derivados e de equipamentos e créditos para os projetos de infraestrutura. O presidente mostrava-se aberto à vida de empresas estrangeiras interessadas em instalar empreendimentos locais nas áreas priorizadas por seu governo. O salto para a integração vertical da industrialização se representava na menor dependência da importação de certos produtos, significava também a necessidade de importar novos insumos e equipamentos. O que se colocava claramente, desde a campanha, era que o Brasil devia diversificar suas relações econômicas e comerciais com os EUA e a Europa. Vargas concentrou os projetos de industrialização de seu governo em duas áreas: a Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda⁴⁵.

A partir da década de 1950, houve uma aumento da presença do Estado na economia, no sentido de estimular novos projetos de maior envergadura como parte do avanço do processo de industrialização. Nesse sentido, houve necessidade de criar um banco que

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ LEOPOLDI, M.A.P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54) In: GOMES, A.M.C. (org.). **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Rio, Relume-Dumará, 1994

pudesse financiar tais projetos. É dentro desse contexto que se cria o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundado em 1952, cujo objetivo era suprir créditos de longo prazo para os projetos industriais, particularmente o setor de bens de capitais. Mas, não só isso, havia a necessidade de investimentos na modernização da infra-estrutura, o que também fez parte do pacote de financiamento do Banco⁴⁶.

Para a autora Maria Antonieta P. Leopoldi os projetos da Assessoria Econômica tinham um tom nacionalista pragmática. Se de um lado chegavam a pecar por um voluntarismo iluminista, colocando o Estado como criador da indústria e das indústrias, por outro, no que concerne o capital estrangeiro, reconheciam a necessidade de incentivar a vinda de investimentos externos para setores considerados prioritários pelo governo, e propunham-se a cercar as companhias estrangeira que se instalassem no país de incentivos e reservas de mercado.

No Ministério da Fazenda foram criadas duas agências para elaborar planos e projetos voltados para a industrialização e a infra-estrutura energética: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a Comissão de Desenvolvimento industrial. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) se estabeleceu a partir de um acordo entre os governos Dutra e Truman em 1950, visando, do lado brasileiro, a obtenção de assistência técnica a projetos que trariam recursos para o reequipamento econômico brasileiro e, do lado norte-americano, a obtenção de matérias-primas estratégicas brasileira. Ao se instalar em julho de 1951, a parti de novas negociações entre o ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, João Neves da Fontoura, a CMBEU já contava com garantia do Banco Mundial e do Eximbank de concessão de créditos aos projetos formulados até o valor de US\$ 250 milhões. Estabelecida na esfera do Ministério da Fazenda a Comissão Mista produziu trabalhos que passaram a compor o que o ministro Lafer denominou Plano de Reaparelhamento Econômico, um plano quinquenal formado pelos projetos já elaborado e parcialmente financiado com recursos do Banco Mundial e do Eximbank.

Lafer superestimou os valores negociados nos EUA com as agências financiadoras, os US\$ 250 milhões, passaram, no seu plano quinquenal, para US\$ 500 milhões. Para prover a contrapartida brasileira para esses empréstimos, o ministro recorreu ao Congresso, solicitando-lhe a aprovação de um fundo no valor de Cr\$ 10 bilhões para cinco anos de

⁴⁶ ZIMBRÃO, R.A.P. **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”. História de Juiz de Fora: da Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas 2006.

vigência do plano. Embora os recursos do Banco Mundial e do Eximbank tenham ficado aquém do que o Plano Lafer propunha, esse plano serviu para promover a captação de recursos internos específicos para os programas do governo. Nesse sentido o esforço de Lafer e da CMBEU em atenderem às exigências do Banco Mundial para a obtenção dos empréstimos terminou gerando uma equipe técnica, um banco de desenvolvimento e uma reforma fiscal que viabilizaria financeiramente, de forma definitiva, os projetos do BNDE. Impactos bastante significativos na estrutura institucional do governo Vargas e dos que o seguiram⁴⁷.

No final de 1953, a CMBEU é dissolvida, em virtude do desinteresse do novo presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, nesse tipo de colaboração técnica, envolvendo recursos públicos, em lugar de investimentos privados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico seguiu cumprindo a função dessa comissão, estudando projetos nas áreas de infra-estrutura energética, de transporte e siderurgia, bem como intermediando os financiamentos externos e internos. Muitos dos técnicos da comissão mista passaram a participar dos quadros técnicos do BNDE, em especial Lucas Lopes e Roberto Campos.

Outro braço planejador do Ministério da Fazenda era a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), criada em julho de 1951 para planejar uma política abrangente de desenvolvimento industrial, ao lado de projetos específicos de criação e expansão de setores da indústria. Compunha-se de representantes de vários ministérios e órgãos do governo, havendo sempre na comissão ou nas subcomissões em que se desdobravam dois representantes indicados pelas entidades da indústria. Ela traçou uma política protecionista por atrair indústrias locais e estrangeiras em áreas estratégicas, oferecendo isenção de tarifas de importação sobre insumos e bens de capital subsídio cambial, prioridade para remessa de lucros e reservas de mercado⁴⁸.

A CDI formulou um Plano Geral de Industrialização em maio de 1952 no qual estabeleceu áreas prioritárias a serem atendidas pelo governo: energia (refino de petróleo, indústria de equipamentos pra prospecção e refino, e material elétrico pesado) metalurgia (produção de ligas metálicas e seu processamento em bens de consumo e bens de produção) indústria química (insumos industriais, adubos, fibras artificiais e matérias plásticas produtos

⁴⁷ LEOPOLDI, M.A.P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54) In: GOMES, A.M.C. (org.). **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Rio, Relume-Dumará, 1994

⁴⁸ Idem

farmacêuticos, celulose e papel), indústria da borracha e indústria de alimentos⁴⁹.

Dois organismos neocorporativos foram criados a partir dos estudos da CDI: a Comissão Executiva da indústria Automobilística e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico. A subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, criada em 1952, deu lugar em 1954 a comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (CEIMA). Ela foi coordenada desde o início por Lúcio Meira e estimulou o desenvolvimento da já existente indústria de autopeças trazendo para o Brasil fábricas de tratores, caminhões e automóveis, num sistema inicial de montagem, seguido de progressiva fabrica local. O projeto de implementação da indústria de veículos da CDI previa três estágios progressivos: 1º consolidação da indústria de autopeças e acessórios para veículos combinada com o incentivo à expansão dos insumos para o setor. 2º desenvolvimento da indústria de caminhões e tratores. 3º implantação da indústria de automóveis⁵⁰.

ACÇÕES DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS EM ALGUNS SETORES

Vargas não lançava um projeto de governo ou um documento oficial de Política Industrial aos moldes da PITCE de Lula. As diretrizes básicas do seu governo eram apresentadas nas mensagens que anualmente eram feitas ao Congresso e ao país enumerando as realizações de sua política industrial e anunciando as novas propostas.

Nelas aparecem as propostas de resolução da questão energética, da expansão da siderurgia, do reequipamento do setor de transportes e da relação destas medidas precedentes com a indústria de equipamentos e de bens de capital. As mensagens buscavam também justificar a necessidade de optar pelo envolvimento do Estado em setores essenciais, na qualidade de empresário. Os projetos de desenvolvimento da infra-estrutura eram ambiciosos. Não visavam o suprimento da demanda não atendida, mas se propunham a alargar a oferta antecipando-se à demanda e criando condições para um continuo crescimento industrial. Estimularia, sobretudo, o crescimento da indústria de base, considerada, o setor prioritário a ser propulsionado paralelamente aos projetos do petróleo da eletricidade e dos transportes⁵¹.

A pesquisadora Maria Antonieta P. Leopoldi ao examinar essas mensagens do

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Idem

⁵¹ Idem

Presidente Vargas constatou que para a área siderúrgica, as mesmas anunciavam a duplicação da capacidade de produção da Companhia Vale do Rio Doce, a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, o estímulo às empresas privadas de aços especiais e o incentivo à instalação da USINA Siderúrgica alemã Mannesmann, que Vargas chegou a inaugurar pouco antes de sua morte em agosto de 1954. Durante seu governo, foram também incentivadas duas outras grandes siderúrgicas: a Acesitas pertencente ao Banco do Brasil e a Belgo-Mineira.

A produção de laminados de aço passa, através dessa política de expansão da siderurgia, de 572 mil toneladas em 1950 para 1 milhão em 1956, quase chegando a suprir toda a demanda do país. O investimento aplicado nos estabelecimentos novos ou já existentes faz com que a produção de aço dobre entre 1955 e 1960, passando de 1,2 para 2,2 toneladas, levando o país em 1963 a quase auto-suficiência no suprimento do aço. No período 1947-55 a indústria de aço superou o crescimento do setor industrial, aumentando 14,5% ao ano, enquanto a produção industrial crescia 9%⁵².

Ainda nas mensagens analisadas pela pesquisadora Maria Antonieta P. Leopoldi vemos as pretensões do governo para mais dois setores, o químico e o de transportes. Na área da indústria química, as mensagens de Vargas anunciavam que o governo daria atenção especial à produção de insumos industriais desse setor, aos derivados de petróleo e aos produtos farmacêuticos. Todo esforço foi feito para a implantação da Companhia Nacional de Alcalis em Cabo Frio e para isso o governo negociou créditos na França e usou recursos do BNDE, mas a Companhia só foi inaugurada em 1960.

A política de transporte do governo Vargas, presente nas suas mensagens envolvia: o reequipamento do sistema de transporte marítima-fluviais (com o reaparelhamento dos portos, dragagens de rio), ferroviários (com a eletrificação de ferrovias e renovação do equipamento, produção de vagões, locomotivas e material ferroviário) e a pavimentação de rodovias. Construção naval (expansão e reequipamento do Arsenal da Marinha e do Estaleiro Lage no Rio de Janeiro). Implantação da indústria de veículos (jipes, tratores, caminhões, ônibus e automóveis). Aviação com montagem de avião pela Aeronáutica, a partir da importação das partes e com o desenvolvimento progressivo da fabricação de aviões para treinamento militar e de helicópteros da Aeronáutica, que entrou em funcionamento em 1953 em São José dos Campos SP.

As indústrias puxadas pelo desenvolvimento do setor de transporte seriam: bens de

⁵² Idem

capital, material elétrico, cimento e asfalto, indústria química, laminação de metais e metalurgia. Na área do cimento, cinco novas fábricas, inclusive uma em Volta Redonda, foram construídas no governo Vargas. Com a duplicação da produção do cimento de 1950 para 1954, o país caminhou para substituição completa da importação desse produto. A produção de alumínio cresceu rapidamente no período, passando de 400 toneladas em 1951 para 6300 toneladas em 1956⁵³.

Para Maria Antonieta P. Leopoldi a grande característica da política da eletricidade do segundo governo Vargas consistiu no envolvimento do Estado no processo de geração de energia elétrica de forma tão intensa, que em cerca de uma década houve a inversão do perfil da geração de energia elétrica e o Estado se tornou não apenas distribuidor, mas também assumiu a tarefa de produzir a eletricidade. Além de se envolver na produção, o Estado passou também a financiar o processo de expansão da capacidade instalada (pública e privada).

O programa energético no setor de eletricidade do governo Vargas coube a duas agências planejadoras: a Assessoria Econômica e a Comissão Mista, continuada pelo BNDE. Enquanto a CMBEU estudava e aprovava projetos de empresas privadas e de governo (estaduais e da União) para a construção ou expansão de usinas hidrelétricas, contando com uma expectativa de recursos externos e internos, a Assessoria desenvolveu sua atividade planejadora num nível mais abrangente formulando um plano nacional de eletrificação e idealizando o mecanismo de captação de recursos para os projetos de eletricidade do BNDE: o imposto único de eletricidade e o Fundo Federal de Eletrificação⁵⁴.

Assim, seguiu inicialmente para o congresso, em junho de 1953, o projeto de lei criando o imposto único de eletricidade e o Fundo Federal de Eletrificação. Esse fundo seria formado pelo imposto único e gerido pelo BNDE até que fosse criada uma companhia estatal de energia elétrica – Eletrobrás. Os assessores de Vargas sabiam que não haveria oposição a esse projeto, pois ele capacitava o governo a gastar em projetos de eletricidade para os setores privados (em especial a Light e a Amforp) e para o setor público. Sabiam também que o projeto de criação da Eletrobrás iria ter uma tramitação polêmica, pois evidenciaria a inversão da política energética, que passaria a ter o Estado no núcleo da política de eletricidade, afastando conseqüentemente o setor privado estrangeiro do quase monopólio

⁵³ Idem

⁵⁴ Idem

que tinha sobre a geração e distribuição de energia elétrica⁵⁵.

O Brasil começou o seu processo de industrialização muito atrasado com relação a países como Inglaterra e Estados Unidos. Mas o esforço para tentar colocar o país entre os já desenvolvidos foi muito grande. E esse ponta pé inicial não poderia se dado sem a participação direta do Estado.

CAPITULO 3

POLÍTICA INDUSTRIAL TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

Essa última parte da monografia, eu pretendo trabalhar com praticamente duas fontes. Serão dois documentos oficiais do Governo: o acompanhamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE 2 anos e o Plano de Desenvolvimento Produtivo. Boa parte das informações foi analisada a partir desses documentos.

Após anos de estagnação no crescimento industrial e econômico no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da república com o objetivo de fazer voltar a crescer o Brasil, gerando emprego e distribuindo renda. Mas para que isso

⁵⁵ Idem

acontecesse era necessário retomar o desenvolvimento industrial brasileiro. Para isso ele lançou uma política industrial voltada para que esse desenvolvimento fosse baseado na inovação tecnológica.

Essa política industrial lançada pelo governo federal recebeu o nome de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). A PITCE é uma política concebida para atingir seus resultados em longo prazo, sua principal preocupação é com a inovação e a agregação de valor aos processos produtivos. Para elevar o padrão de competitividade da indústria brasileira⁵⁶.

A política é dividida em três eixos. O primeiro eixo é composto por um conjunto de instrumentos horizontais que contribuem para a modernização industrial, para o aumento da capacidade inovadora das empresas, para uma melhor inserção das empresas brasileiras no mercado internacional e para aperfeiçoamento do ambiente institucional e econômico. O segundo eixo define algumas opções estratégicas, são setores como software, semicondutor e, bens de capital e fármacos e medicamentos. A escolha dos três primeiros setores baseia-se segundo o governo no fato de que eles perpassam todas as atividades contemporâneas de produção industrial e são elementos fundamentais na modernização da estrutura industrial brasileira. O terceiro eixo de ação é chamado na PITCE de atividades portadoras de futuro. Essas atividades são biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis. Para o governo essas atividades abrem uma janela de oportunidades imensurável na medida em que o Brasil, na visão do governo, possui condições de disputar de igual para igual o desenvolvimento destes setores de ponta com os principais países do mundo.

Proponho-me daqui pra frente fazer um detalhamento dos três eixos que norteiam as ações da PITCE. O primeiro eixo que são as Linhas de Ação horizontal, é dividido em quatro sessões: A) inovação e desenvolvimento tecnológico, B) inserção externa, C) modernização industrial, D) melhoria do ambiente institucional/ ampliação da capacidade e escala produtiva.

As ações que encontramos na PITCE no campo da Inovação e Desenvolvimento Tecnológico visam aumentar o grau de inovação da indústria, particularmente através do aumento das atividades de P&D. Para isso foram estabelecidas uma série de ações, que vão desde a criação de um ambiente propício a inovação, novas leis de incentivos fiscais,

⁵⁶ **Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE 2 anos.** Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro da Ciência e Tecnologia e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. 2006

melhoria da relação público-privado, aumento substancial do crédito em condições favorecidas para atividades inovativas nas empresas, aumento de bolsa de pesquisas, criação de instrumentos que melhorem ou criem condição para a interação universidade-empresa.

Para alcançar os objetivos traçados na PITCE o governo criou novos marcos regulatórios. Cabe destacar aqui o Lei 10,973/04, ou como ela é conhecida, Lei de Inovação e a Lei 11,196/05, ou Lei do Bem. A Lei de Inovação tem como objetivo principal estimular a cooperação entre universidades e empresas e gera inovações tecnológicas capazes de incrementar a competitividade nacional. Assim ela está dividida em três vertentes: 1. Constituição de um ambiente propício às parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; 2. Estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; 3. Incentivos a inovação na empresa.

Os artigos 17 a 26 do capítulo III da Lei do Bem consolidam os incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica. Os benefícios do Capítulo III da Lei do Bem são baseados em incentivos fiscais, são eles: dedução, na apuração do Imposto de Renda devido dos dispêndios com P&D, inclusive aqueles com instituições de pesquisas, universidades ou inventores independentes, redução de IPI na compra de equipamentos destinados a P&D; depreciação acelerada dos equipamentos comprados para P&D; depreciação acelerada dos equipamentos comprados para P&D; amortização acelerada dos dispêndios para aquisição de bens intangíveis para P&D; crédito do imposto de renda retido na fonte incidente sobre as remessas ao exterior de valores para pagamento de royalties relativos a assistência técnica ou científica e de serviços especializados para P&D; redução a zero da alíquota de imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção marcas patentes e cultivares⁵⁷.

Foram também estabelecidos subvenções econômicas para a contratação de pesquisadores com títulos de mestres e doutores. Esses pesquisadores deveriam ser empregados em empresas para realizar atividades de pesquisas desenvolvimento e inovação tecnológica.

Um dos obstáculos a inovação é o financiamento. Ao lado dos marcos legais citados acima, vale destacar a (re)entrada do BNDES com grande financiador de projetos de inovação e isso se soma a elevação do orçamento da Finep . Foram criadas novas linhas de

57 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11196.htm Lei do Bem. Acessado em 27/09/2010

financiamento para pesquisas, desenvolvimento e inovação e alguns programas de apoio a empresas promovido pela Finep, como Pro Inovação que estimula projetos de inovação de médias e grandes empresas ,com taxas de juros anuais entre 4% e 9%. E o Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa (Pappe) também da Finep, para alavancar micro e pequenas empresas de base tecnológica. Um outro programa para micro e pequenas empresas é o Juro Zero, que atende empresas inovadoras no aspecto gerenciais, comerciais de processo o de produtos/serviços. A maior característica desse programa é a não exigência de garantias, o programa é sem garantias, sem juros, sem carência e parcelado em cem vezes.

Dentro da proposta de crescimento do desenvolvimento industrial do Brasil e o estímulo a inovação tecnológica, um ponto importante é a inserção externa ou as exportações. O Brasil vem aumentando sua participação no comércio exterior, em 2002 as exportações brasileiras eram de 0,96% das exportações mundiais, já esse número em 2005 chegou a 1,17%. Esse resultados não se resulta apenas a expansão do mercado mundial, mas também a uma serie de medidas de políticas como: A) apoio as exportações com financiamento, simplificação de procedimentos e desoneração tributaria; B) promoção comercial e prospecção de mercados; C) estímulo a criação de centros de distribuição de empresas brasileiras no exterior e sua internacionalização; D) apoio a inserção em cadeias internacionais de suprimentos; E) apoio a consolidação da imagem do Brasil e de marcas brasileiras no exterior.

A grande responsável pela articulação dessas políticas é a APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento). Criada sob égide do Sebrae, é um serviço social autônomo recebendo investimentos do chamado Sistema S. Com a entrada do Lula no Governo, a agência passou a ser ligada ao Ministério do Desenvolvimento Industria e de Comércio Exterior. A APEX-Brasil atua na alavancagem das vendas em mercados alvos e em mercados não tradicionais, uma missão da APEX vai até o país que seja interessante fazer negociações para levantar as possibilidades de negócios. A promoção comercial também é atividade da APEX-Brasil, ele apóia e incentiva a participação das empresas brasileiras em eventos internacionais.

Ainda dentro das orientações do primeiro eixo da PITCE, um fator importante para o desenvolvimento tecnológico e a inovação é a modernização industrial apesar de ser um fator clássico nas políticas que objetivam o desenvolvimento, a PITCE traz algumas novidades como o apoio ao desenvolvimento organizacional, gerencial, crédito e para a certificação de produtos e processos de pequenas e médias empresas e o apoio articulado a arranjos

produtivos locais (APLs). Chamo a atenção para o Modermaq e o Cartão BNDES, o primeiro é um programa de modernização de equipamentos voltado para pequenas e médias empresa e o segundo, que também é destinado para pequenas e médias empresas, funciona como um cartão de crédito pessoal, são empréstimos para as empresas realizarem seus investimentos em bens de produção.

Um ambiente institucional também é muito importante para que as políticas proposta pela PITCE dêem resultados, por isso, a desoneração produtiva, um ponto importante para o desenvolvimento industrial é a redução ou até mesmo a eliminação da tributação sobre o investimento, esse era um ponto que atrapalhava o crescimento do Brasil, porque se pagava para investir. Um elemento importante para estimular o investimento é a simplificação de abertura e fechamento de empresas, diminuindo a burocracia e os impostos, o indivíduo fica mais a vontade de investir ou abri uma nova empresa.

O segundo eixo da PITCE é a chamada, opções estratégicas, que foram definidas com base em alguns critérios como: portadoras de dinamismo crescente e insustentável; responsáveis por parcelas expressivas do investimento internacional em P&D; promotoras de novas oportunidades de negócios; envolvida diretamente com inovação de processos, produtos e formas de uso; capazes de adensar o tecido produtivo; importantes para o futuro do país; com potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.

A área de semicondutores é de extrema importância para o desenvolvimento do país, se o Brasil não desenvolver projetos de desenvolvimento de chips, grande parte da renda das cadeias internacionais de inúmeros produtos tendem a serem drenados para fora do país. O programa referente a área de semicondutores tem dois pilares: a capacitação local em projetos de prototipagem e a atração de investimentos em fabricação. Um outro programa na área dos semicondutores que em breve entrará na vida de toda a população brasileira é a TV Digital, que em algumas cidades do Brasil já é uma realidade.

O segmento que mais cresce no setor de tecnologia da informação é o de software, e o Brasil teve uma participação muito pequena, por isso foram desenvolvidos alguns programas com os seguintes pilares: fortalecimento da indústria através de melhores esquemas de financiamento e apoio à consolidação e criação de grupos nacionais de maior porte; atração de atividades de prestação de serviços, envolvendo basicamente grupos multinacionais do setor, para ajudar na melhoria da imagem do software do Brasil no exterior e na formação de mercados de trabalho mais amplo; formação de pessoal e fomento ao desenvolvimento de segmentos de futuro.

O financiamento é um dos fatores principais na decisão de compra de bens de capital, daí a importância das linhas especiais de financiamento do BNDES, que está nos pilares do programa de bens de capital, junto com a; facilitação a aquisição de máquinas e equipamentos por todos os segmentos da economia via o programa já citado Modernaq; e o esforço de comercialização internacional, através de contratos entre o setor produtor e a APEX-Brasil. Os medicamentos são bens sociais e estratégicos por isso também merecem destaque na PITCE. Foram desenvolvidos programas para estimular a produção de medicamentos, e de medicamentos genéricos, incentivar atividades de P&D, incentivar a biotecnologia e a exploração insustentável, modernização de laboratórios. Cabe também por em relevo a instalação do Fórum de Competitividade da Cadeia Farmacêutica no dia 28 de maio de 2003. Esses Fóruns de Competitividade é uma iniciativa do Governo para proporcionar um canal de comunicação entre o setor produtivo e o Governo, canal esse que havia sido extinto pelas administrações anteriores e que são de extrema importância para que o Governo saiba quais as dificuldades que os setor produtivo esta tendo e como solucioná-los.

O Terceiro e ultimo eixo da PITCE corresponde as Atividades Portadoras de Futuro, são aquelas com potencial para transformar radicalmente produtos, processos e formas de uso a médio e longo prazo. Dentro dessas atividades, a biotecnologia e a nanotecnologia se destacam, junto com as energias renováveis.

De acordo com um estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é apontado o segmento de nanotecnologia como um dos mais promissores para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas pelo Brasil. Está havendo uma aproximação de setores produtivos com os desenvolvimento de nanotecnologia no âmbito da Iniciativa Nacional para Inovação. Na área de biotecnologia, a ação mais importante foi a criação do Fórum de Competitividade de Biotecnologia, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento, da Ciência e Tecnologia e da Saúde e contando com representantes do Estado, da iniciativa privada e da comunidade acadêmica. O foco inicial do Fórum foi a elaboração de algumas estratégias como o Programa de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Na área de energias renováveis, o álcool desponta como uma alternativa energética e com uma grande oportunidade para o Brasil, devido aos programas de adição de álcool na gasolina. O Biodiesel também está se tornando uma realidade, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, estimula o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento regional e social, ao incentivar a produção oriunda da agricultura familiar.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP).

Ao longo do governo Lula outras iniciativas foram tomadas para desenvolver o crescimento industrial no país. Um documento importante e que merece destaque e vamos analisar nesse trabalho, é o Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Esse plano foi criada em 2007 na tentativa de complementar as falhas e acrescenta novas metas que a PITCE não alcançou.

Após a PITCE em 2004, uma nova conjuntura favorável surgiu no Brasil para o investimento industrial. Mas para que essa conjuntura permanecesse alguns desafios teriam que ser superados. Um dos motivos para que o PDP fosse elaborado era justamente enfrentar esses desafios, que para o governo eram quatro.

O primeiro desafio era ampliar firmemente a capacidade de oferta para enfrentar uma demanda em expansão evitando-se a formação de eventuais pressões inflacionárias ou de gargalos que, de forma indesejada, possam abreviar a trajetória virtuosa que se vem conformando. O segundo desafio era o de preservar a robustez do balanço de pagamentos brasileiro, condição que, nos últimos anos contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento da economia, afastando padrão observado no passado pelo qual o front externo foi origem de restrições ao crescimento⁵⁸. O terceiro desafio que o PDP pretendia enfrentar era o de elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras. Essa é uma condição importantíssima para agregar valor aos produtos nacionais, ampliar a competitividade das empresas no mercado doméstico e fortalecer a inserção externa do País. E por último o quarto desafio era abrir espaços para novos atores alargando as condições para que as micro e pequenas empresas também tivessem acesso ao mercado. Esta é uma condição básica para estimular o crescimento do emprego e uma forma de inclusão social.

PDP QUATRO METAS-PAÍS

A primeira meta-país que a PDP propõe é aumentar o investimento fixo. Em 2007 o investimento totalizou R\$ 450 bilhões, isso corresponde a 17,6% do PIB. Essa política tem como meta elevar a participação do investimento do PIB para 21% em 2010, o crescimento

58 Plano de Desenvolvimento Produtivo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) 2008

projetado para o PIB seria de 5% ao ano, o que acarretaria um volume de R\$ 620 bilhões em investimento para 2011. A segunda meta-país, é elevar os gastos privados com P&D. Em 2006 o setor privado realizou gastos de R\$ 11,9 bilhões me P&D, ou 0,51% do PIB. A meta é elevar esse percentual para 0,65% do PIB ou R\$ 18,2 bilhões em 2010.

A terceira meta-país é referente a inserção internacional do Brasil. Em 2007, as exportações brasileira alcançaram US\$ 160,6 bilhões, ou 1,18% da exportações mundiais. O objetivo para 2010 é de atingir US\$ 208,8 bilhões aumentando a participação do país nas exportações mundiais para 1,25%. A quarta e última meta-país é destinada a pequena e média empresa. O objetivo é aumentar em 10% o número de pequenas e médias empresas exportadoras, e conseqüentemente aumenta a competitividade e o potencial de crescimento.

INICIATIVA, INSTRUMENTOS E PROGRAMAS

Para que as quatro metas-país alcance seus objetivos, o governos criou quatro categorias de instrumentos: Instrumentos de incentivo que nada mas é do que crédito e financiamento, capital de risco e incentivos fiscais, usando o BNDES como uns dos grandes agentes de financiamento. Outro instrumento seria o poder de compra governamental seriam compras da administração direta e de empresas estatais como a Petrobras. O terceiro instrumento seria de regulamentação técnica, sanitária, econômica e concorrencial. E por último o apoio técnico com certificação e metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial e de recursos humanos, coordenação intragovernamental e articulação com o setor privado.

Para viabilizar a articulação e a coordenação dos conjuntos de instrumentos, a PDP se desdobra em três níveis de ações e programas. O primeiro nível é o de Ações Sistêmicas, cujo uns dos objetivos era o de ampliar recursos para investimentos, é uma expansão dos financiamentos do BNDES. Essa expansão permitiria segundo o documento disponibilizar até R\$ 210 bilhões para a indústria, entre 2008 e 2010. E ainda promover a ampliação do investimento a PDP introduziu medidas para reduzir o custo tributário permitindo a depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (PD&I). O BNDES lançou novas linhas de financiamento onde foram previstos investimentos de 6 bilhões de reais até 2010. E também houve um aperfeiçoamento da legislação, revogando o impedimento que se tinha antes, agora uma empresa que é beneficiada pela Lei da Informática (LEI 10.176/2001) ou pela Zona Franca

(Lei 8.387/1991) podem também utilizar os incentivos previstos pela Lei do Bem (Lei 11.196/2005).

O segundo nível é o Destaque Estratégico, ele é dividido em seis destaques. O primeiro se refere a Ampliação das Exportação. O aumento da exportação e a sua diversificação são importantes para preservar a robustez do balanço de pagamentos. As medidas previstas pela PDP para esse objetivo incluía uma Medida Provisória que regulamenta as Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), as Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs são distritos industriais incentivados, onde as empresas neles localizadas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial (não são obrigadas a converter em reais as divisas obtidas nas exportações) e procedimentos administrativos simplificados - com a condição de destinarem pelo menos 80% de sua produção ao mercado externo. A parcela de até 20% da produção vendida no mercado doméstico paga integralmente os impostos normalmente cobrados sobre as importações. O objetivo dos ZPEs é o de Atrair investimentos estrangeiros voltados para as exportações; colocar as empresas nacionais em igualdade de condições com seus concorrentes localizados em outros países, que dispõem de mecanismos semelhantes; Criar empregos; Aumentar o valor agregado das exportações e fortalecer o balanço de pagamentos; Difundir novas tecnologias e práticas mais modernas de gestão; Corrigir desequilíbrios regionais.⁵⁹ A ampliação dos investimentos do BNDES e o aperfeiçoamento dos programas de financiamento as exportações, PROEX Equalizador e o PROEX Financiamento.

O segundo destaque estratégico seria o fortalecimento das micro e pequenas empresas. Em 2005 as MPEs representaram 96% das empresas e 20% do PIB, além de ter uma grande importância na geração de empregos. Para fortalecer esse conjunto de empresas foi regulamentada a Lei Geral das MPEs, além do fortalecimento de atividades coletivas e o fortalecimento de atividades inovativas.

O terceiro destaque consiste na Regionalização e tem como objetivo garantir que as ações da PDP beneficiem as regiões menos desenvolvidas do país. O foco das ações é a promoção de atividades produtivas no entorno de projetos industrial e de infra-estrutura. Uma das metas seria a ampliação dos financiamentos do BNDES as regiões norte e nordeste até 2010.

O quarto destaque seria a Integração produtiva da América Latina e Caribe, com foco

59 <http://www.abrazpe.org.br/zpe.html> acessado em 28/10/2010.

crucial no Mercosul. O objetivo do programa é aumentar a articulação das cadeias produtivas e elevar o comércio com essas regiões buscando ampliar a escala e a produtividades da industria domestica. Junto com a Integração da América Latina e do Caribe está também na PDP a integração com a África e esse é o quinto destaque da Política. O sexto e ultimo destaque é a Produção Sustentável, para o governo do presidente Lula uma política voltada para expansão da capacidade produtiva e dos investimentos em inovação não poderia deixar de considerar o meio ambiente e a produção sustentável.

O terceiro e ultimo nível, consiste em Programas Estruturantes para o Sistema Produtivo. Esses programas estruturantes são os principais instrumentos para conseguir alcançar os objetivos da meta país. Cada programa tem objetivos específicos refletindo as estratégias a médio/longo prazo aplicáveis a cada caso. Em alguns casos o foco do programa está na criação de incentivos ao investimento fixo, em outras situações, no estímulo ao comportamento inovativo ou no fomento ao adensamento de cadeias produtivas.

O primeiro conjuntos de programas estruturantes são os Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas. Nos programas desenhados para esta categoria, buscou-se articular uma grande diversidade de instrumentos, concedendo-se especial atenção a disponibilização de recursos para todas as etapas do ciclo inovativo. Os setores contemplados por esses programas são os de Tecnologia de Informação e Comunicação, Nanotecnologia, Biotecnologia, Complexo Industrial de Defesa, Complexo Industrial da Energia Nuclear e o Complexo Industrial da Saúde.

O segundo conjunto de programas são Programas para Fortalecer a Competitividade, com foco em complexos produtivos com potencial exportador e/ou com potencial de gerar efeitos de encadeamento sobre o conjunto da estrutura industrial. Os programas previam o uso de articulado de incentivos fiscal financeiro, regulação, poder de compra e apoio técnico. Os setores contemplados por esses programas são os de Bens Automotivos, a Indústria de Bens de Capital, Industria Naval e de Cabotagem, Indústria Têxtil e de Confecções, Complexo de Couro, Calçados e Artefatos, o setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Madeira e Moveis, Plásticos, Complexo Produtivo do Biodiesel, Agroindústria, Construção Civil e o Complexos de Serviços.

O terceiro e ultimo conjuntos de programas são os Programas para Consolidar e Expandir a Liderança, esse programas contemplam setores e empresas que tem projeção internacional e capacidade competitiva, e que buscam consolidar e expandir esta liderança. Em sua maioria, incluem sistemas produtivos com investimentos de longo prazo em curso,

de grande volume, com financiamento estratégico do setor público. Os setores contemplados são os: Complexo Produtivo de Bioetanol, Complexo Industrial de Petróleo, Gás e Petroquímica, Complexo Aeronáutico e os Complexos Produtivos de Commodities.

MONTAGEM DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES E PARA DESTAQUES ESTRATÉGICOS

A elaboração dos Programas Estruturantes obedeceu sempre um mesmo procedimento. A primeira etapa da elaboração desse conjunto de programa foi consolidar um diagnóstico sobre a situação atual de cada sistema produtivo alvo da política. Nesse diagnóstico, que espelha consultas iniciais feitas ao setor privado desde o segundo semestre de 2007, e contribuições de um grande número de instituições de governo, procurou-se identificar as oportunidades de expansão e os entraves que limitam a competitividade de cada sistema, considerando-se as condições estruturais e as principais tendências tecnológicas e de mercado em cada caso.

A segunda etapa correspondeu a formulação de objetivos norteadores pra cada um dos sistemas produtivos, tendo por referencia seu estágio de desenvolvimento. Os objetivos apontam para uma situação futura desejada consoante com as Metas-País, e também, foram estabelecidos a partir da interação entre atores públicos e privados.

Com as etapas anteriores completadas, o próximo movimento foi o de criar quatro passos adicionais. São eles: A – Estabelecimento, para cada sistema produtivo, de metas quantitativa desafiadoras, realistas e mensuráveis vinculadas aos objetivos norteadores e às estratégias pertinentes, para o período 2008/2010. B – Identificação dos desafios particulares a cada sistema produtivo cuja superação é requerida para que suas respectivas metas sejam alcançadas. Esses desafios destacam as restrições e as oportunidades a serem focalizados pela política que possam se desdobrar em ações e medidas pactuadas entre governo, empresas e trabalhadores, com compromissos mútuos em relação aos resultados esperados. Aqui eu chamo a atenção para o tratamento que o governo Lula dá para a união entre o governo e o setor produtivo. C – Mapeamento dos instrumentos de política já existentes e dos órgãos ou instituições responsáveis. Essa etapa atendeu a dois objetivos: realiza um balanço das ações em curso e dos instrumentos à disposição da política que permitisse a identificação de eventuais lacunas ou aperfeiçoamento, e construir um diagnóstico mais preciso quanto as necessidades de coordenação e articulação de instrumentos e instituições

governamentais, considerando-se os desafios propostos para cada sistema produtivo. D – Construção de medidas concretas e diretrizes para novas medidas. Nas etapas anteriores foram identificadas algumas iniciativas e para cada uma delas foram estabelecidas medidas concretas e diretrizes para o período 2008-2010, definindo-se órgãos responsáveis por sua implantação e prazo de implementação e recursos disponíveis, quando cabíveis.

COORDENAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA

Quando a PDP foi implementada, a intenção do governo era o de fazer um grande esforço de coordenação, seja para integrar as ações governamentais de forma eficiente, seja para viabilizar uma interlocução sistemática e produtiva com o setor privado. O principal desafio, na visão do governo, que a PDP iria enfrentar era o de empregar recursos e instrumentos de forma eficiente e em articulação com o setor privado.

No nível intragovernamental, a Coordenação Geral da PDP caberia ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDCI), que contaria com o apoio de uma Secretaria-Executiva, formada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), BNDES e o Ministério da Fazenda.

Para promover adequada articulação entre a Política de Desenvolvimento Produtivo e ações sistêmicas de governo, a estrutura de governança da Política prevê um Conselho Gestor presidido pelo Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio e formado por representantes da casa civil da presidência da República e dos Ministérios da Fazenda ; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério de Ciência e Tecnologia.

Para todos os programas da PDP foram criados Comitês-Executivos, compostos por representantes dos órgãos de governo afetos ao tema ou sistema produtivo, definindo-se em cada caso a instituição gestora e o técnico responsável pela coordenação da ação prevista. As funções desses comitês são fortalecer a articulação intragovernamental, assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, dar suporte á coordenação geral no monitoramento de resultados e encaminhar tempestivamente aperfeiçoamentos em seu respectivos programas.

O monitoramento programático da Política se dará por meio do Sistema de Gerenciamentos de Projetos – SGP. O sistema permite o acompanhamento contínuo das diversas ações que integram a PDP, possibilitando a emissão de relatórios periódicos, a

construção de indicadores associados à evolução das metas compromissadas, e principalmente, seu monitoramento pelo setor privado.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) atua em acordo com uma missão institucional, como instância superior de debate aperfeiçoamento, validação e monitoramento da Política de Desenvolvimento Produtivo, analisando a evolução dos programas indicando possíveis realinhamentos, e identificando oportunidades para novos programas e iniciativa.

Ao mesmo tempo seriam fortalecidos e aprimorados os demais mecanismos de interlocução existentes, como fóruns de competitividade, as câmaras de desenvolvimento as câmaras setoriais temáticas e os grupos de trabalho. Outra importante instância de articulação publico-privada são os Planos Estratégicos Setoriais – PES - desenvolvidos pela ABDI em parceria com representantes dos setores públicos e privado em seus respectivos comitês gestores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a profecia de Vargas ter ser concretizada, a pergunta era: Como um trabalhador se comportaria no cargo mais importante do país? Como uma pessoa sem estudo e que não sabe falar inglês vai ser relacionar com líderes mundiais? Mas Lula venceu todas as desconfianças e fez um governo que muitos consideram uns dos melhores que já foram feito. Parafraçando o Presidente Lula, “nunca na história desse país” um presidente teve um índice de aprovação tão grande. Lula defendeu um regime democrático até o fim de seu mandato

Getulio Vargas era o oposto de Lula. Getulio era nascido de uma família rica e tradicional do Rio Grande do Sul, mas assume o governo em um período crítico da nossa história. O Brasil passava por uma grave crise política e econômica que acarretou na Revolução de 30 que no final leva Getulio ao poder. Mas tarde Vargas inaugura um governo ditatorial, ele é deposto, mas volta “aos braços do povo” em eleições diretas.

Mas esses dois personagens também tem algo em comum. Os dois se dedicaram em

promover um processo de industrialização no Brasil. Getúlio inicia esse desafio praticamente do zero, antes de 1930 não havia no Brasil grandes indústrias, o foco da economia era os produtos agroexportadores. Foi com a entrada de Vargas no comando do Governo que essa perspectiva mudou e a indústria teve mais atenção e foram criados incentivos, órgãos e instituições que tinham como preocupação colocar em prática o processo de industrialização do país.

Vargas aumentou a tarifa alfandegária, surgindo um poderoso instrumento de proteção para o produto nacional. Com o mercado interno protegido e com a insuficiente capacidade do Brasil de importação, surge um grande estímulo para o crescimento da indústria nacional. Nas palavras de Thomas Skimore, “os consumidores agora procuram fontes brasileiras para produtos que anteriormente eram comprados no exterior”. O surto de industrialização “espontânea” foi auxiliado, em fins dos anos 30 por uma política consciente de intervenção estatal à medida que o Estado Novo queria acabar com o liberalismo político, assim trazia consigo a determinação de acabar também com o liberalismo econômico. Com a explosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve dificuldades de importar máquinas e equipamentos, restringindo a produção industrial e impedindo a renovação do parque industrial. Era necessário então a criação de uma forte indústria de base no Brasil e isso acontece em 1941 depois de muitas negociações com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O processo de industrialização do Brasil desenvolvido por Vargas tem um forte apelo nacionalista apesar de contar com o capital estrangeiro para alcançar seus objetivos, mas isso é uma das muitas ambigüidades existentes no governo de Getúlio Vargas.

Com o Presidente Lula a situação foi um pouco diferente. O Brasil já tinha um parque industrial considerável, o que faltava era incentivo para os empresários poderem investir. Ao longo da década de 80 e 90 o setor industrial do Brasil ficou paralisado. A partir da década de 80 o desenvolvimentismo que foi um dos responsáveis pelo crescimento industrial do Brasil nas décadas de 50/60/70 foi perdendo força e uma nova ideologia surgiu, o neoliberalismo.

Uma das características dessa ideologia neoliberal para as Políticas Industriais é a não seleção de setores para receber incentivos ou ações que possa desenvolvê-los. Com o governo Lula voltamos a ver setores sendo escolhidos para receber políticas públicas de incentivo e vemos também a introdução no Brasil de um movimento que já estava operando nos países asiáticos há muito tempo e que foi um dos grandes responsáveis para o desenvolvimento daqueles países. Esse movimento é o novo desenvolvimentismo. Em comparação com a Coreia do Sul, por exemplo, o novo desenvolvimentismo no Brasil está

em uma fase inicial, mas já podemos ver alguns avanços como geração de emprego, uma maior mobilidade social e a diminuição da miséria. Com o Lula o Estado passou a participar ativamente do processo de desenvolvimento industrial sendo o principal financiador desse processo. No primeiro governo, a PITCE destacou apenas alguns setores estratégicos. No segundo governo Lula, a Política de Desenvolvimento Produtivo buscou definir ações para todos os setores industriais.

O principal ponto em comum entre esses dois governos apesar dos momentos históricos diferentes é a participação do Estado nesse processo de desenvolvimento industrial. Tanto na Era Vargas ou no Governo Lula o Estado era ativo e participativo nas questões de Políticas Econômicas. O Estado era o grande financiador do processo de industrialização. Um exemplo desse papel do Estado que podemos destacar está no BNDES, que no período anterior ao de Lula era financiador do processo de privatização e com Lula ele passou a criar linhas de créditos para pequenas, medias e grandes empresas, financiando assim a retomada do crescimento industrial.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: cem anos de política republicana - 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

ARAÚJO, J.P. **Um Retrato do Brasil: balanço do governo Lula**. 1ª Ed. São Pula: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

Baum, A. **Vargas. Agosto de 54: a história contada pelas ondas do radio**. Rio de Janeiro. Grramond, 2004.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v 20, n. 3. pp. 5-24. Jul./set. 2006.

CASTRO, A.B. **A rica fauna da Política Industrial e sua Nova Fronteira**. Revista Brasileira de Inovação. Vol 1, nº 2, julho/dezembro 2002.

CASSIOLATO, J.E. & ERBER, F.S. **Política Industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE**. Revista de Economia Política, vol 17, nº 2 abril-junho/1997

Delgado, I.J.G. **O Empresariado e Política Industrial no Governo Lula**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960.** Rio, Paz e Terra, 1985.

EVANS, P. **Análise do estado do mundo neoliberal: uma abordagem insitucional comparativa.** Revista de Economia Contemporânea. Nº 4, julho-dezembro de 1998.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil,** 27ª ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GADELHA, C.A.G. **Política Industrial: uma visão neo-schumpeteriana Sistêmica e Estrutural.** Revista de Economia Política, vol. 21, nº 4, outubro-dezembro 2001.

LEOPOLDI, M.A.P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54) In: GOMES, A.M.C. (org.). **Vargas e a Crise dos Anos 50.** Rio, Relume-Dumará, 1994.

IANNI, O. **Estado e Planejamento no Brasil,** RJ, Civilização Brasileira, 1978

KUPFER, D. **Política Industrial.** Revista Econômica, Rio de Janeiro, v5, nº 2. P 91-108, dezembro de 2004.

Lócus: Revista de História. **Estado Novo,** v.12 nº 2. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História UJFJ. ISSN 1413-3024, 2007.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira,** SP/Petrópolis, Polis/Vozes, 1984

MELO, J.M.C. **Capitalismo Tardio.** 3ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SUZIGAN, W. **Experiência história de Política Industrial no Brasil.** Revista de Economia Política. Vol 16, nº 1, janeiro-março 1996

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira,** SP, Brasiliense, 1986

SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento;** Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006

SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org) **História Econômica do Brasil Contemporâneo,** São Paulo, Hucitec, 1997

ZIMBRÃO, R.A.P. **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”. História de Juiz de Fora: da Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”.** Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas 2006.

DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO

Plano de Desenvolvimento Produtivo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) 2008

Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE 2 anos. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro da Ciência e Tecnologia e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. 2006